



Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

Pré-Vestibular Comunitário – Sede Nacional



Exclusão no Brasil e fenótipo: Como mudar?

(texto de apoio usado em 2003 pelos núcleos da Educafro)

Finalmente a sociedade brasileira está vencendo o tabu e discutindo mais abertamente o preconceito racial; um fato que chama a atenção é que a questão racial aparece mais forte exatamente quando a discriminação se torna evidente. Em outras palavras, a necessidade de definição de diferentes categorias aparece quando um determinado grupo está em condição menos privilegiada que outro. Daí que se conclui: o conceito de raça é muito mais uma construção social, histórica e cultural do que um dado puramente científico. Os sujeitos criam novos elementos que são produtos de relações políticas e, ao mesmo tempo, de relações de poder, que conferem privilégios - intencionais ou não.

RAÇA: CIÊNCIA X COTIDIANO

Inúmeras pesquisas nas áreas da biologia e da genética têm ajudado a derubar o conceito de raça, mostrando que cerca de 60% da população brasileira que se julga branca, tem sangue índio ou negro correndo nas veias, e muitos negros possuem uma constituição genética majoritariamente eurodescendente. Tudo isso somado, poderia nos levar a concluir que o preconceito racial não tem mais base de sustentação, visto que a categoria raça não é tão precisa e nem tão determinante.

A constituição genética de um indivíduo é o genótipo, por outro lado, fenótipo refere-se a aparência, as características manifestas de um organismo, incluindo traços anatômicos e psicológicos, que resultam tanto da hereditariiedade quanto do ambiente. No Brasil o racismo está no fenótipo, afinal, ninguém, antes de discriminar, pergunta a porcentagem de genes africanos ou europeus que o outro tem. As pesquisas científicas certamente contribuem para o avanço do reconhecimento da diversidade e da unidade dos seres humanos, mostrando que somos muito próximos uns dos outros e nossas diferenças não são tão estéticas como pensávamos. No entanto, tais pesquisas não devem mudar em nada as relações raciais no país. Mesmo antes dos cientistas demonstrarem que o conceito de raça não pode ser considerado como regra absoluta, é importante ressaltar que o racismo no Brasil nunca se deu de fato pelo genótipo de uma pessoa, e sim, pela sua aparência física, ou fenótipo.

Um exemplo concreto que usamos é o da polícia: sempre que há uma batida policial, nunca se pergunta se a herança genética da pessoa é africana, europeia ou indígena, mas se olha primeiramente a aparência. Portanto, a decisão primeira na aplicação do racismo passa pelas características negras. O fenótipo precisa tornar-se um meio de inclusão e não de exclusão. O exemplo da UERJ está exigindo que toda a sociedade brasileira faça uma discussão profunda sobre a temática racial. Não apenas numa postura de ser contra o racismo, mas também a de ser a favor da inclusão racial.

De uns dois anos para cá, o debate sobre cotas tomou conta de várias publicações, quase sempre as manifestações dos leitores são provocadas por publicações ou entrevistas de pessoas famosas. As ações afirmativas fazem parte de um conjunto de iniciativas que buscam inserir determinado grupo social em espaços e setores da sociedade aos quais, por motivos históricos, nunca puderam ter acesso, nesse sentido a política de cotas é uma delas.

Quando percebemos que apenas 3% dos universitários do país são negros, torna-se difícil ser convencido que as cotas não são uma boa política de inclusão. Os argumentos daqueles que se opõem à política de cotas para negros, é o suposto nível de "preocupação" que demonstram com os futuros universitários que se formariam grácas a esta política. Outro ponto é a "preocupação" em saber, quem é negro a fim de evitar que alguns se aproveitem, declarando-se negros; ou então apontam que o fundamental não é dar cotas aos negros, mas sim, aos pobres, voltando ao argumento de que o problema é social, e não racial, ignorando que o negro na sociedade sofre o dobro dos brancos.

O Brasil é um país graças ao suor de negros e negras que trabalharam e morreram durante gerações. Quando a escravidão chegou aos seus estertores, estes negros foram "libertos" e deixados ao deus-dará, sobrando-lhes a opção de viver em cortiços, trabalhar por conta própria, morar nas ruas. Nunca, em momento algum da nossa história, o Estado brasileiro buscou compensar a população negra, desta dívida.

E-mail: educafr@franciscanos.org.br

Site: <http://www.franciscanos.org.br/sefras/educafr>

Sede Nacional – S. Paulo: Rua Riachuelo, 342 - Sala 05 - Centro - CEP 01007-000 - São Paulo, SP - Fone/fax: (11) 3106-3411

Regional Rio: Praça Tiradentes, 73, 5º andar - Centro - CEP 20060-070 - Rio de Janeiro - RJ - (21) 2222-2062

Ao contrário, inúmeras vezes o Estado agiu na tentativa de embranquecer a nação.

Portanto, quando se fala em políticas de ações afirmativas, devem os entendê-las antes de tudo, como pagamento de uma dívida histórica, por isso, são fundamentais e não devem ser vistas como uma benesse, mas sim, como uma conquista. O argumento de que o investimento em outros setores da educação evitaria a adoção de cotas nas universidades é simplista demais. A grande verdade é que o racismo está instalado na mentalidade coletiva, basta olharmos os países que passaram por uma revolução de caráter social, exemplo a antiga URSS, os problemas étnicos não foram resolvidos.

Não podemos ignorar dados como os do IPEA que constataram que em 1999 a maioria dos pobres 64% e indígenas 69% eram negros, sendo os negros maioria nas favelas e estão fora das escolas. Portanto, é fundamental que os negros sejam vistos como a prioridade das prioridades no combate à miséria.

A RAÍZ DO PROBLEMA

Determinar quem é branco ou não, é uma discussão secundária, afinal, como se diz no interior: "Passou de branco, preto é". O fato das pessoas começarem a buscar suas origens, no fenótipo ou na cultura, mesmo estando distantes do padrão negróide, mas assumindo-o, será um ganho positivo. Se isto for feito por oportunismo, será uma pena, mas não poderá ser impedido. Se for feito no sentido de resgatar sua herança ancestral, será uma grande vitória e teremos dado passos largos rumo à recuperação da auto estima.

Alguns setores da administração pública federal vêm destinando cotas para mulheres e deficientes físicos. Quando a discussão das cotas chegou as universidades, a burguesia se revelou, isso porque elas sabem que vão perder espaço no ambiente que perpetua o poder das elites. É imprescindível que ocorra o debate, a discussão.

Lutamos por uma maior inserção do negro no ensino universitário, com políticas de ações afirmativas que favoreçam o acesso desta população. A exclusão no Brasil tem cor, para mudar esse quadro é necessário um trabalho de longa duração, porém, é de fundamental importância um conjunto de Ações Afirmativas que estabeleça:

1. **Cotas, nas universidades públicas, de 88,8% para a rede pública e, dentro destas, cotas para negros, proporcionais ao número de negros de cada estado, conforme o IBGE.**
2. **Revisão geral das grades curriculares, onde a história eurocêntrica deixe de ser prioritária.**
3. **As figuras e imagens dos negros nos livros de Ensino Fundamental e médio devem ser revistas, derrubando a carga de preconceito e valores dos brancos burgueses.**
4. **Reformulação geral do sistema educacional, melhorando qualitativamente e quantitativamente o conteúdo da escola pública.**
5. **Isenção total e irrestrita das taxas do vestibular para alunos de escolas públicas.**
6. **Incentivar treinamentos especiais para a Polícia Militar sobre a questão racial.**
7. **Reformulação do sistema de vestibular.**
8. **Cotas no mercado de trabalho para afrodescendentes.**

Essas propostas não têm a pretensão de encerrar com o debate, mas sim, levantar a polêmica e a reflexão, somente com isso, nós permaneceremos fortes na luta em prol dos pobres e excluídos desse país.

Texto desenvolvido a partir das contribuições de Professores e Voluntários da Educafr.

E-mail: educafr@franciscanos.org.br

Site: <http://www.franciscanos.org.br/sefras/educafr>

Sede Nacional – S. Paulo: Rua Riachuelo, 342 - Sala 05 - Centro - CEP 01007-000 - São Paulo, SP - Fone/fax: (11) 3106-3411

Regional Rio: Praça Tiradentes, 73, 5º andar - Centro - CEP 20060-070 - Rio de Janeiro - RJ - (21) 2222-2062